

Trunfos para administrar a inflação nos primeiros meses do ano

por Claudia de Souza
de São Paulo

A equipe econômica oficial encerra o ano tendo disponíveis bons trunfos para conduzir o primeiro trimestre com alguma estabilidade. A desaceleração nos índices de inflação — o da FIPE, por exemplo, deverá registrar ainda mais uma pequena queda na próxima semana, prevêem os analistas — foi acompanhada de um ágio entre o dólar comercial e o paralelo abaixo de 5%, a perspectiva de um acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no início do ano, um pacote fiscal de emergência aprovado, ainda que bem menos eficaz do que seria necessário, e uma certa recuperação das reservas.

Para os especialistas da Mendonça de Barros Associados, empresa de consultoria de São Paulo, esse é um quadro que permite à equipe experimentar até mesmo uma prefixação de preços e salários, baseada nas boas expectativas que obteve em novembro.

Foi quando ficaram mais claros os sinais de que o FMI aprovaria a carta de intenções brasileira, com a política econômica seguindo à risca as normas do chamado "consenso de Washington": tarifas readjustadas para evitar defasagens diante da inflação, política monetária austera, nenhum sinal de volta ao congelamento de preços.

Além disso, o aprofundamento da recessão a partir de setembro trouxe resultados positivos, colhidos nas últimas semanas, dando algum horizonte aos empresários e investidores. Ao frustrar, com juros altos, a expectativa da indústria e do comércio de recuperar-se com a volta dos cruzados para o bolso dos consumidores, as autoridades conseguiram segurar a inflação no patamar de 25% ao mês, altíssimo, mas que se repetiu por três semanas consecutivas.

Em seu cenário para o próximo ano, a empresa — que tem clientes do porte do grupo Votorantim e promove seminários regulares com economistas trabalhando em grandes empresas e bancos de São Paulo — chama a atenção para os instrumentos que poderão favorecer a condução da política econômica. Os efeitos da perspectiva de acordo com o FMI e o cumprimento da agenda de negociações com os credores oficiais e privados já se fazem sentir: há crescente interesse dos investidores estrangeiros nas ações negociadas em bolsa e esse interesse se refletirá durante o ano, prevêem esses especialistas, em termos de investimentos diretos e não apenas entrada de capital de risco.

Com o País voltando ao mercado voluntário de crédito, deverá diminuir a pressão sobre o balanço de pagamentos. A taxa de câmbio, em termos reais, deverá portanto se manter estável ao longo do ano, raciocinam os analistas.

Há outros elementos importantes que deverão favorecer a economia em 1992: a safra agrícola deve ser maior em 1992, com



**José Roberto
Mendonça de Barros**

algo entre 62 milhões e 65 milhões de toneladas de grãos, em vez dos 56 milhões deste ano, com significativo impacto sobre os preços ao consumidor.

A abertura da economia já pode ser considerada irreversível: em janeiro está prevista nova rodada de redução de tarifas, passando a tarifa média de 32,2% para 25,3% e a máxima de 85% para 65%. As empresas nacionais e as subsidiárias de companhias estrangeiras já sentiram os efeitos da abertura ao exterior este ano e deverão adequar preços e produtividade aos novos padrões.

A privatização tem agenda cheia para 1992 incluindo setores mais atraentes para o capital estrangeiro e nacional como o petroquímico e o aço. A desregulamentação programada para o sistema financeiro e para a atuação do capital estrangeiro, além de áreas como a portuária, deverá ter impacto positivo, como ocorreu recentemente na Argentina e no México.

Outra variável positiva importante: os preços do petróleo vêm caindo, o que torna possível uma atualização das tarifas de combustível bem mais espaçada, com evidente reflexo positivo sobre a inflação. É certo que a recessão nos países industrializados deverá deprimir as exportações, mas os juros internacionais mais baixos tornarão nossa conta de serviço da dívida menos onerosa.

"Estamos longe porém de ter um plano de estabilização completo", alerta José Roberto Mendonça de Barros, diretor da MBE e professor de Economia Brasileira da Universidade de São Paulo. Para ele, a questão central no ano que vem será a necessidade de complementar a política monetária austera com um ajuste fiscal verdadeiro, mais amplo e permanente do que a reposição de caixa obtida com a reforma tributária aprovada no Congresso. Cobrir o "buraco de caixa" de Cr\$ 700 bilhões do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por exemplo, será um desafio central.

Além da ausência de redução efetiva do déficit do setor público, o governo terá diante de si, trabalhando contra a desaceleração do índice inflacionário, a instabilidade política resultante da recessão que moveu. Diante de demissões e insolvências, sua margem de manobra no Congresso, por exemplo, ficará sensivelmente reduzida.